

Educação Alimentar e Nutricional como estratégia de promoção de saúde em Programas de Alimentação Escolar na América do Sul

Food and Nutrition Education as a health promotion strategy in School Feeding Programs in South America

Educación Alimentaria y Nutricional como estrategia de promoción de la salud en los Programas de Alimentación Escolar en Sudamérica

Recebido: 07/11/2025 | Revisado: 13/11/2025 | Aceitado: 13/11/2025 | Publicado: 15/11/2025

Ana Luíza Rocha Macedo

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-8855-0219>

Centro Universitário de Brasília, Brasil

E-mail: ana.rmacedo@sempreceub.com

Maina Ribeiro Pereira-Castro

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2771-4989>

Centro Universitário de Brasília, Brasil

E-mail: maina.pereira@ceub.edu.br

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar a presença e as estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos Programas de Alimentação Escolar dos países da América do Sul, considerando quatro enfoques principais: existência de estratégias de EAN, inserção da temática no currículo escolar, definição do público alvo e participação de nutricionistas no programa. A pesquisa foi conduzida por meio de análise documental, utilizando documentos e legislações oficiais nacionais e relatórios internacionais. Verificou-se que, embora a maioria dos países possua marcos legais relacionados à EAN, existem diferenças na forma como o tema é estruturado e implementado. Apesar das limitações quanto à consolidação da EAN como prática contínua e integrada, o estudo reforça sua relevância como estratégia no enfrentamento da obesidade infantil e na promoção de hábitos alimentares saudáveis no ambiente escolar. Os avanços normativos indicam progresso, mas ainda são necessários esforços para fortalecer a implementação, monitoramento e avaliação das ações de EAN nos países da América do Sul.

Palavras-chave: Educação Alimentar e Nutricional; Alimentação Escolar; América do Sul; Obesidade Infantil.

Abstract

This study aims to analyze the presence and strategies of Food and Nutrition Education (FNE) in school feeding programs in South American countries, considering four main approaches: the existence of FNE strategies, the inclusion of the topic in the school curriculum, the definition of the target audience, and the participation of nutritionists in the program. The research was conducted through document analysis, using official national documents and legislation, and international reports. It was found that, although most countries have legal frameworks related to FNE, there are differences in how the topic is structured and implemented. Despite the limitations regarding the consolidation of FNE as a continuous and integrated practice, the study reinforces its relevance as a strategy in addressing childhood obesity and promoting healthy eating habits in the school environment. The normative advances indicate progress, but further efforts are still needed to strengthen the implementation, monitoring, and evaluation of FNE actions in South American countries.

Keywords: Food and Nutrition Education; School Feeding; South America; Pediatric Obesity.

Resumen

Este estudio analiza la presencia y las estrategias de Educación Alimentaria y Nutricional (EAN) en los Programas de Alimentación Escolar de países sudamericanos, considerando cuatro enfoques principales: la existencia de estrategias de EAN, la inclusión del tema en el currículo escolar, la definición del público objetivo y la participación de nutricionistas en el programa. La investigación se realizó mediante análisis documental, utilizando documentos y legislación nacionales oficiales e informes internacionales. Se constató que, si bien la mayoría de los países cuentan con marcos legales relacionados con la EAN, existen diferencias en la estructura e implementación del tema. A pesar de las limitaciones para consolidar la EAN como una práctica continua e integrada, el estudio refuerza su relevancia

como estratégia para abordar a obesidade infantil y promover hábitos alimentarios saludables en el entorno escolar. Los avances normativos indican progreso, pero aún se requieren esfuerzos para fortalecer la implementación, el monitoreo y la evaluación de las acciones de EAN en los países sudamericanos.

Palabras clave: Educación Alimentaria y Nutricional; Alimentación Escolar; América del Sur; Obesidad Infantil.

1. Introdução

A infância é a fase em que os hábitos alimentares são desenvolvidos e influenciam diretamente na saúde ao decorrer da vida. Comportamentos alimentares inadequados são considerados determinantes para o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares (UNESCO; UNICEF; WFP, 2023).

Os países enfrentam diferentes manifestações de má nutrição, sendo elas obesidade, sobrepeso, desnutrição e deficiências nutricionais. A obesidade, em especial, é um problema crescente mundialmente, com causas multifatoriais, associada a fatores ambientais, genéticos, psicossociais, ao sedentarismo e práticas alimentares inadequadas. Destaca-se, ainda, o aumento nos casos de obesidade infantil, principalmente relacionada ao estilo de vida em que as crianças são inseridas. Visto que muitos comportamentos são desenvolvidos na infância e adolescência, o ambiente escolar exerce papel essencial na formação de hábitos alimentares saudáveis e na promoção da prática de atividades físicas (FAO; CECC SICA, 2023).

Segundo o relatório do United Nations Children's Fund (UNICEF) intitulado “A onda de sobrepeso infantil está crescendo. É tarde demais para reverter a situação na América Latina e no Caribe?”, a América do Sul é a região mais afetada pelo sobrepeso e obesidade infantil, com 30 milhões de crianças e adolescentes nessa situação. A obesidade infantil, está associada a maior probabilidade de obesidade na fase adulta e o desenvolvimento de doenças crônicas não transmissíveis que, atualmente, são as principais causas de morte na região (UNICEF, 2023).

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN), dentro do contexto escolar, caracteriza-se como estratégia fundamental na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e deficiências nutricionais, ao incentivar escolhas alimentares mais conscientes e responsáveis (Brasil, 2012). De acordo com a Food and Agriculture Organization (FAO), em vários países a educação alimentar e nutricional é incorporada nas escolas como atividade extracurricular, integrada a disciplinas do currículo ou vinculada a programas de alimentação escolar. A integração da educação alimentar e nutricional aos programas de alimentação escolar é indispensável, pois melhora as abordagens e aumenta o impacto dessas iniciativas na formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes. Os programas de alimentação escolar possuem o maior alcance a nível global, promovendo ações práticas em EAN e assegurando a segurança alimentar e nutricional de crianças e adolescentes em todo o mundo (FAO, 2021; UNESCO; UNICEF; WFP, 2023; FAO; ABC/MRE; FNDE/MEC, 2025).

Os países na América do Sul possuem, em grande parte, políticas e programas de saúde e nutrição escolar relacionados à educação alimentar e nutricional ou à prestação de serviços de saúde escolar (PAHO, 2025). O avanço na implementação de educação alimentar e nutricional em programas de alimentação escolar contribui para melhores resultados tanto no atendimento das necessidades nutricionais quanto no desempenho escolar de crianças e adolescentes dessa região (FAO; ABC/MRE; FNDE/MEC, 2025).

Considerando que os países possuem mais escolas e professores do que unidades e profissionais de saúde, é primordial estudar e aplicar EAN como estratégia de promoção de saúde dentro dos sistemas educacionais (UNICEF, 2020). Ao desempenharem o papel de formadoras e provedoras de hábitos alimentares saudáveis por meio de programas de alimentação escolar, as escolas contribuem para reduzir a sobrecarga sobre o sistema de saúde e a melhorar o desempenho acadêmico dos alunos, uma vez que crianças doentes ou em situação de insegurança alimentar apresentam menor capacidade de aprendizado. Consequentemente, o aumento da produtividade escolar e a melhoria dos resultados educacionais tendem a diminuir as desigualdades sociais e a ampliar as oportunidades dessas crianças na fase adulta (UNESCO; UNICEF; WFP,

2023). Em um cenário onde as crianças são bem nutridas e desenvolvem padrões alimentares saudáveis, estabelece-se um ciclo positivo que traz benefícios não apenas à sua saúde e aprendizado, mas também às gerações futuras (WFP, 2020).

A partir das informações apresentadas e considerando a diversidade cultural e socioeconômica da América do Sul, torna-se importante compreender como a Educação Alimentar e Nutricional está incorporada aos Programas de Alimentação Escolar nos países da região, a fim de identificar possíveis desafios e avanços na promoção de saúde e prevenção de doenças crônicas não transmissíveis.

O presente estudo tem como objetivo analisar a presença e as estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos Programas de Alimentação Escolar dos países da América do Sul, considerando quatro enfoques principais: existência de estratégias de EAN, inserção da temática no currículo escolar, definição do público alvo e participação de nutricionistas no programa. Especificamente, procurou-se identificar as principais políticas e iniciativas de alimentação escolar na região, ressaltar o papel da EAN na formação de hábitos alimentares saudáveis em crianças e adolescentes, comparar experiências de diferentes países e mostrar a importância desses programas na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e na promoção da segurança alimentar e nutricional.

2. Metodologia

Realizou-se uma pesquisa exploratória, documental de fonte direta em leis e documentos, num estudo de natureza qualitativa em relação à análise documental e, natureza quantitativa em relação ao número de estudantes e cobertura da alimentação (Pereira et al., 2018) e com uso de estatística descritiva simples com classes de dados por País e por nível educacional (infantil, primário e nível médio) e com valores de frequência absoluta e frequência relativa porcentual (Shitsuka et al., 2018). Foram usados dados secundários coletados em documentos oficiais e sites governamentais dos países da América do Sul e de agências internacionais, como UNESCO, UNICEF, WFP, FAO.

A análise documental foi feita visando extrair informações dos documentos das agências internacionais e dos países da América do Sul. Para isso, foram organizadas as informações a serem categorizadas e em seguida analisadas (Sá-Silva et al., 2009).

Para a seleção dos documentos, foram considerados os critérios de relevância temática, priorizando materiais que abordassem a alimentação de crianças e adolescentes, a educação alimentar e nutricional e os programas de alimentação escolar. Incluindo documentos com foco na América do Sul, de caráter oficial, publicados pelos países da região ou por agências reconhecidas internacionalmente. A busca contemplou publicações em português, espanhol e inglês, com ênfase em materiais recentes, preferencialmente produzidos a partir de 2015. No entanto, também foram incorporados documentos anteriores, desde 2005, quando considerados referência importante para a compreensão histórica, conceitual ou normativa do tema.

Para além dos documentos selecionados, inseriu-se a Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar de 2024, desenvolvida pela Global Child Nutrition Foundation (GCNF), com o objetivo de coletar, de maneira padronizada, informações sobre programas de alimentação escolar em todos os países. A pesquisa, que conta com três edições até o momento (2019, 2021 e 2024), baseia-se em um questionário estruturado, que apresenta dados sobre atores envolvidos, público alvo, financiamento e outros temas relevantes para a interpretação das estratégias de implementação dos programas de alimentação escolar nos países participantes.

A análise de dados foi realizada por meio de uma planilha para organizar as informações por categorias principais de análise, sendo elas, estratégias de EAN, na qual foram consideradas ações educativas vinculadas ao programa de alimentação

escolar, tais como uso de guias alimentares oficiais, hortas escolares, ações lúdicas ou pedagógicas e demais iniciativas de educação alimentar e nutricional. Na categoria de curricularização da EAN, verificou-se se a educação alimentar e nutricional está oficialmente integrada ao currículo escolar, seja como conteúdo obrigatório ou tema transversal. Para a categoria de público-alvo, foi analisado se os documentos identificavam claramente os níveis de ensino atendidos pelo programa de alimentação escolar. Já a categoria de envolvimento de nutricionistas, considerou-se a presença desse profissional no planejamento das ações de EAN no programa. Essa categorização possibilita a comparação entre os países e a discussão dos dados analisados.

Os resultados foram organizados em tabelas comparativas, permitindo a análise descritiva e visual das similaridades e diferenças entre os países. A apresentação dos dados inclui tanto marcadores categóricos quanto valores percentuais extraídos da Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar (GCNF, 2024).

3. Resultados e Discussão

Durante a análise documental dos países da América do Sul, foi possível levantar informações relacionadas às estratégias de Educação Alimentar e Nutricional nos programas de alimentação escolar, à presença de EAN no currículo escolar, à definição do público-alvo e à atuação de nutricionistas nos programas. No entanto, para Venezuela, Suriname e Guiana, essas informações não foram encontradas nos documentos oficiais nacionais e internacionais consultados. Diante disso, tais países foram excluídos da análise comparativa do estudo. Ressalta-se que a ausência dessas informações não permite concluir que tais dados estejam ausentes nos programas de alimentação escolar, mas que não foram identificados nas fontes disponíveis para a pesquisa.

A seguir, a Tabela 1, sintetiza os principais aspectos relacionados à Educação Alimentar e Nutricional nos Programas de Alimentação Escolar dos países da América do Sul analisados, considerando a presença de estratégias de EAN, sua curricularização, a definição do público-alvo e a presença de nutricionistas nos programas. Destaca-se que as ausências de marcações na tabela indicam que as informações não foram identificadas nos documentos analisados.

Tabela 1 - Aspectos da Educação Alimentar e Nutricional (EAN) nos Programas de Alimentação Escolar (PAE) da América do Sul.

País	Estratégias de EAN no PAE	Curricularização da EAN	Público-Alvo Definido	Envolvimento de Nutricionistas
Colômbia	X		X	X
Uruguai	X	X	X	X
Peru	X	X	X	X
Equador	X	X	X	X
Chile		X	X	X
Brasil	X	X	X	X
Argentina	X	X	X	
Bolívia	X	X	X	
Paraguai	X	X	X	X

Fonte: Elaborado pelos Autores (2025).

3.1 Estratégias de EAN nos Programas de Alimentação Escolar dos países da América do Sul

Nos países da América do Sul, as estratégias de EAN nos programas de alimentação escolar concentram-se no objetivo de promover hábitos alimentares saudáveis, prevenir a má nutrição e integrar a alimentação escolar ao processo educativo. No Peru, a EAN é implementada por meio da sua inserção formal no currículo escolar e de campanhas nacionais de conscientização sobre alimentação saudável. No Equador, a Lei Orgânica de Alimentação Escolar nº 187 orienta ações coordenadas e abrangentes, que incluem o uso dos Guias Alimentares como ferramenta pedagógica, além da promoção de hortas escolares como recurso transdisciplinar de ensino. Na Argentina, a implementação da EAN é direcionada por diretrizes nacionais, especialmente pela Lei nº 27.642, que determina a inclusão de atividades didáticas e conteúdos mínimos de EAN em todos os níveis de ensino. A operacionalização dessas ações é detalhada no Documento Técnico para Implementação de EAN que utiliza os Guias Alimentares como recurso metodológico, recomendando práticas didáticas participativas, lúdicas e artísticas, ações de sensibilização em datas comemorativas e capacitação de toda comunidade educativa. Na Bolívia, as estratégias incluem a inserção progressiva da EAN no currículo educativo, campanhas comunitárias de conscientização e promoção de ambientes alimentares saudáveis dentro das escolas, além de incentivar hortas escolares como função pedagógica e produtiva. No Paraguai, a EAN está integrada à soberania alimentar, à segurança alimentar e nutricional e à saúde pública, com foco na oferta de alimentos culturalmente adequados e na articulação com ações de saúde pública, por meio de um sistema de controle sanitário que inclui campanhas de prevenção de cáries, monitoramento periódico de peso e altura, atenção odontológica, desparasitação e educação em saúde. Já no Chile, não foram identificadas estratégias de EAN vinculadas ao programa de alimentação escolar nos documentos encontrados.

No Brasil, as estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são fundamentadas em um conjunto de documentos normativos e orientadores que definem como a EAN deve ser incorporada ao ambiente escolar. Entre esses referenciais específicos que fortalecem a execução da EAN destacam-se o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas e o documento de Princípios e Práticas de Educação Alimentar e Nutricional (Brasil 2012; Brasil 2018).

A EAN foi incluída como tema transversal no currículo escolar, conforme a Lei 13.666/2018 com foco na formação de hábitos alimentares saudáveis e no desenvolvimento de senso crítico. As ações educativas conciliam teoria e prática, utilizando o alimento, a alimentação escolar, a horta e o refeitório como recursos pedagógicos. Para a execução das estratégias são adotadas metodologias ativas, dialógicas, lúdicas, problematizadoras, colaborativas e interdisciplinares, distribuídas entre diferentes atores da comunidade escolar. No âmbito do PNAE, os nutricionistas elaboram o cardápio, realizam o diagnóstico da situação alimentar e planejam ações de EAN voltadas a toda comunidade escolar. Os professores são incentivados a integrarem o tema às suas disciplinas, enquanto as merendeiras passam a ser reconhecidas como agentes educativos. Já os gestores são sensibilizados a garantirem a institucionalização das ações e as famílias são envolvidas para ampliar o alcance das práticas além do ambiente escolar.

Entretanto, embora a estrutura normativa seja consistente e bem desenvolvida, parte dessas estratégias configuram diretrizes e recomendações, e não necessariamente ações plenamente consolidadas em todos os sistemas educacionais, evidenciando o desafio entre o previsto na legislação e a efetiva implementação nas escolas. Essas divergências não são exclusivas do Brasil, mas também se observa nos demais países analisados, indicando que a existência de marcos legais não garante, por si só, a materialização das ações de Educação Alimentar e Nutricional no âmbito escolar.

O crescimento do sobrepeso e da obesidade em crianças e adolescentes no mundo atingiu proporções inéditas e mudou o perfil da má nutrição global. A obesidade já supera a desnutrição como principal forma de má nutrição em crianças e adolescentes entre 5 e 19 anos. Esse avanço está diretamente relacionado ao aumento de ambientes alimentares obesogênicos,

nos quais alimentos ultraprocessados são amplamente disponíveis e intensamente divulgados para o público jovem. Nesse cenário, a EAN se configura como uma estratégia prioritária para a promoção de hábitos alimentares saudáveis desde a infância. A EAN atua não apenas transmitindo informações, mas promovendo autonomia, senso crítico e capacidade de tomada de decisões conscientes quanto ao consumo alimentar. No contexto escolar, ao mesmo tempo em que desenvolve conhecimentos e competências sobre alimentação e saúde, a escola tem a capacidade de transformar o ambiente alimentar ao fornecer alimentação nutritiva, prevenir oferta de alimentos inadequados e a influência da indústria no espaço educativo. Estudos demonstram que as ações de educação alimentar e nutricional apresentam impacto positivo na prevenção do excesso de peso e da obesidade em crianças e adolescentes. Esse impacto foi evidenciado, principalmente, pelo desenvolvimento de conhecimento dos escolares sobre alimentação saudável e pela adoção de comportamentos alimentares adequados (UNICEF, 2025; Araújo et al., 2017).

3.2 A inserção da EAN no currículo escolar

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) encontra-se formalmente integrada ao currículo escolar em grande parte dos países da América do Sul. No Peru, a legislação determina a incorporação da EAN no currículo da educação básica regular e da não escolarizada, enquanto no Equador ela aparece de forma transversal nas disciplinas do currículo nacional. No Chile, um projeto de lei em parceria com a FAO prevê a incorporação da EAN no currículo escolar. No Brasil, a EAN compõe o processo de ensino e aprendizagem de forma transversal, unindo alimentação escolar e desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis. Na Argentina, as diretrizes nacionais determinam que conteúdos de educação alimentar e nutricional sejam incluídos em todos os níveis de ensino, acompanhados de ações que estimulem estilos de vida saudáveis. Na Bolívia, a EAN foi inserida na matriz curricular com ênfase na valorização do consumo de alimentos saudáveis e culturalmente apropriados. Já no Paraguai, a alimentação escolar é entendida como ferramenta pedagógica, e a EAN deve integrar o processo educativo como principal componente de construção de hábitos alimentares adequados. Esses dados levantados revelam um movimento consistente de curricularização da EAN como estratégia educativa e de saúde pública.

Entende-se que a EAN não pode ser tratada como um assunto isolado ou uma palestra ocasional, mas como um componente estrutural, contínuo e transversal do ambiente escolar e do processo de aprendizagem. Contemplando não apenas a dimensão nutricional, mas também fatores socioculturais, ambientais, econômicos e o direito humano à alimentação adequada e saudável. A literatura destaca que, para produzir mudanças de comportamentos, são necessárias intervenções regulares, articuladas entre nutricionistas e toda comunidade escolar, favorecendo a formação do pensamento crítico e hábitos de vida mais saudáveis. No entanto, existem barreiras recorrentes na integração da EAN no currículo escolar, como a falta de conhecimento e autoconfiança dos educadores para trabalhar o tema, além da ausência de capacitação contínua desses profissionais, apesar de a formação permanente ser decisiva para um desfecho positivo nas ações de EAN (Bento et al., 2025; Castro et al., 2021).

A curricularização da EAN nas escolas apresenta avanços significativos, mas ainda enfrenta desafios que variam de acordo com a etapa de ensino. Observa-se que na educação infantil a EAN tende a ser mais facilmente incorporada ao cotidiano pedagógico, pois o currículo escolar dessa etapa é orientado pelo desenvolvimento integral da criança e pela articulação entre diferentes campos de experiência, o que favorece abordagens significativas sobre alimentação. Em contraste, no ensino fundamental, sobretudo nos anos finais, a organização curricular baseada em áreas de conhecimento e avaliações padronizadas, dificulta a integração transversal da EAN. Assim, mesmo que exista potencial para que o tema se torne parte estruturante do processo educativo, sua efetiva implementação depende do fortalecimento do trabalho interdisciplinar e da valorização de práticas pedagógicas que articulem alimentação, saúde, autonomia, valorização da cultura alimentar e

sustentabilidade (Russo et al., 2025).

3.3 O público alvo para a aplicação das ações educativas

Na Tabela 2 abaixo, são apresentadas as porcentagens de cobertura da alimentação escolar nos países analisados, considerando os diferentes níveis de ensino, com base nos dados mais recentes disponibilizados pela Pesquisa Global sobre Programas de Alimentação Escolar (GCNF, 2024).

Tabela 2 - Porcentagens de cobertura da alimentação escolar para cada país, baseadas nos dados de matrícula e número de estudantes que receberam alimentação.

País (Ano de Referência)	Pré-Escola/Educação Infantil	Ensino Primário/Fundamental	Ensino Secundário/Médio
Brasil (2022)	100% (7,076,484 inscritos)	100% (21,908,670 inscritos)	100% (6,837,214 inscritos)
Colômbia (2023)	90,2% (516.661 de 572.971 inscritos)	86,0% (2.380.444 de 2.768.149 inscritos)	70,7% (2.188.135 de 3.097.206 inscritos)
Equador (2022-2023)	82,3% (496.333 de 603.277 inscritos)	97,3% (1.745.982 de 1.794.213 inscritos)	30,6% (550.984 de 1.801.979 inscritos)
Peru (2022)	70,2% (1.149.243 de 1.637.461 inscritos)	70,9% (2.708.077 de 3.819.011 inscritos)	12,9% (385.734 de 2.997.446 inscritos)
Chile (2022)	23,4% (178.338 de 760.994 inscritos)	47,2% (977.820 de 2.073.235 inscritos)	42,4% (412.236 de 972.155 inscritos)
Uruguai (2022)	56,4% (41.298 de 73.204 inscritos)	58,3% (142.142 de 243.817 inscritos)	3,9% (8.643 de 221.130 inscritos)

Fonte: Elaborada com base na Pesquisa Global sobre Programas de Alimentação Escolar 2024 (Global Survey of School Meal Programs © 2024).

Observa-se que a maioria dos países analisados apresentam um público alvo claramente definido para os programas de alimentação escolar. Segundo os dados da Pesquisa Global de Programas de Alimentação Escolar (GCNF, 2024), os relatórios por países baseiam-se em dados do ano de referência de cada rodada da pesquisa, e apenas os países que possuem programas de alimentação escolar em larga escala dispõem de um relatório nacional detalhado, portanto, alguns países da América do Sul não possuem relatórios disponíveis. Nesses relatórios, o Brasil, o Chile, o Peru, o Uruguai, a Colômbia e o Equador apresentam como público alvo os estudantes da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, demonstrando uma ampla cobertura dos programas no sistema educacional. A pesquisa fornece dados sobre o número de estudantes matriculados e daqueles que efetivamente recebem a alimentação escolar, sendo possível calcular a porcentagem e mensurar o alcance do programa de alimentação escolar em cada nível de ensino.

Nos demais países, a Argentina determina como público alvo toda a comunidade educativa, com foco prioritário nos estudantes, e a Bolívia e o Paraguai direcionam seus programas a todos os alunos do sistema educativo.

Considerando a vasta cobertura dos programas de alimentação escolar, é possível notar um cenário ideal para a implementação da educação alimentar e nutricional. Ao identificar o ambiente escolar como um dos contextos principais para a realização das intervenções de EAN, observa-se que a eficácia dessas ações depende de ultrapassar os limites da sala de aula e envolver toda a comunidade escolar. A promoção de hábitos alimentares saudáveis é compreendida como uma responsabilidade compartilhada que envolve alunos, nutricionistas, professores, gestores, cozinheiras, famílias e comunidade local, exigindo interação entre esses atores. Para que a EAN produza efeitos consistentes, os agentes do ambiente escolar

precisam estar preparados para atuar com diferentes públicos, adequando linguagem, abordagens e estratégias para cada grupo específico (Juzwiak et al., 2013).

3.4 Envolvimento de nutricionistas nos Programas de Alimentação Escolar

A análise de documentos referentes aos Programas de Alimentação Escolar revela que a presença e a atuação de nutricionistas variam significativamente nos países da América do Sul, tanto em relação à formalização do cargo quanto às responsabilidades atribuídas a esses profissionais. No Brasil, observa-se um modelo consolidado, no qual os nutricionistas possuem autonomia para a elaboração dos cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), priorizando os alimentos in natura ou minimamente processados, respeitando aspectos nutricionais, hábitos e cultura alimentar. Além disso, sua atuação está associada à promoção de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional (EAN). Situação semelhante é encontrada na Colômbia, Uruguai e Peru, onde os nutricionistas também contribuem para o desenvolvimento de ações de educação alimentar e nutricional.

No Equador, embora a atuação do nutricionista seja mais restrita, com apenas um profissional contratado para atuar no programa de alimentação escolar no ano letivo de 2022-2023, foram incorporadas ações educativas voltadas à alimentação e nutrição e à prática de atividades físicas como medidas de prevenção ao sobrepeso e obesidade. O Chile também registra a presença de nutricionistas no programa de alimentação escolar, mas sem detalhar as atividades de EAN associadas à sua atuação, indicando uma possível limitação na prática dos profissionais habilitados para promover as ações educativas. Já no Paraguai, ainda que o termo “nutricionista” não seja mencionado explicitamente, a Lei Nº 5.210 estabelece que os esquemas de alimentação escolar devem ser elaborados por profissionais qualificados em alimentação e nutrição, mas não detalha as iniciativas de EAN elaboradas por esses profissionais.

Por outro lado, não foram encontradas informações específicas sobre o envolvimento de nutricionistas nos programas de alimentação escolar em países como Argentina e Bolívia.

O conceito atual de EAN insere o nutricionista em um papel que ultrapassa a simples transmissão de conhecimento técnico científico. Esta transição é marcada pelo reconhecimento de que a EAN é um campo de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional. Dessa forma, o nutricionista possui um papel multiprofissional e dialógico, exigindo o desenvolvimento de habilidades de educador que se alinhem aos princípios de abordagens ativas e problematizadoras. É fundamental que o nutricionista atue plenamente na promoção de prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis no contexto escolar (Santos, 2005; Brasil, 2012).

4. Conclusão

A análise permitiu constatar que a educação alimentar e nutricional é um componente essencial na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis e na promoção de hábitos alimentares saudáveis. Observa-se que o ambiente escolar é um espaço necessário para ações de EAN, por favorecer o aprendizado prático e envolver toda comunidade educativa. No entanto, ainda há desafios significativos quanto à consolidação e efetiva implementação das estratégias de EAN nas escolas, além da necessidade de maior integração intersetorial e capacitação dos profissionais, que precisam ser superados para que as políticas sejam efetivas.

Entre as principais limitações deste estudo, destaca-se a falta de acessibilidade à documentos e informações sobre os Programas de Alimentação Escolar nos países da América do Sul. Em alguns casos, não foram encontrados dados oficiais sobre a presença de nutricionistas, o público-alvo, a curricularização e as estratégias de implementação da EAN. Além disso,

as legislações variam entre os países, dificultando comparações e a construção de uma análise mais consistente. Outra dificuldade está na realização da análise baseando-se em documentos oficiais, que podem não refletir a realidade prática das escolas ou a efetividade das ações de EAN.

É importante ressaltar que analisar a efetividade das ações de educação alimentar e nutricional nos diferentes contextos escolares dos países da América do Sul pode contribuir para compreender de que forma essas estratégias têm impactado nos hábitos alimentares e no estado nutricional de crianças e adolescentes. Com o objetivo de entender os desafios na implementação da EAN e estratégias de integração entre educação e saúde, seria interessante o desenvolvimento de pesquisas com nutricionistas, professores e gestores escolares.

Ainda que apresentem limitações, as políticas e estratégias de EAN analisadas demonstram potencial de integração entre os países, possibilitando o intercâmbio de experiências e o fortalecimento das ações no ambiente escolar. Esse diálogo pode contribuir para que a comunidade escolar implemente práticas eficazes no enfrentamento do sobrepeso e da obesidade infantil, bem como na promoção de hábitos alimentares saudáveis.

Referências

- Argentina. Honorable Congreso de la Nación Argentina. (2008). Lei N.º 26.396, de 2008: Transtornos alimentares (trastornos alimentarios). Honorable Congreso de la Nación Argentina.
- Argentina. Honorable Congreso de la Nación Argentina. (2021). Lei N.º 27.642, 2021: Promoción de la alimentación saludable. Honorable Congreso de la Nación Argentina.
- Argentina. Ministerio de Capital Humano. Secretaría de Educación. (2024). Documento técnico para la implementación: Prestaciones a comedores escolares, línea de acción. Ministerio de Capital Humano.
- Araújo, A. L., Ferreira, V. A., Neumann, D., Miranda, L. S., & Pires, I. S. C. (2017, março/abril). O impacto da educação alimentar e nutricional na prevenção do excesso de peso em escolares: Uma revisão bibliográfica. *Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento*, 11(62), 94–110.
- Bento, I. C., Silva, A. C. S., Murta, N. M. G., & Nobre, L. N. (2025). Alimentação e nutrição integrada ao currículo escolar. *Educação e Pesquisa*, 51, e287395.
- Bezerra, J. A. B. (2018). Educação alimentar e nutricional: Articulação de saberes. Edições UFC.
- Bolívia. (2011). Lei N.º 144, de 26 de junho de 2011: Lei da Revolução Produtiva Comunitária Agropecuária. Estado Plurinacional da Bolívia.
- Bolívia. (2014). Lei N.º 622, de 29 de dezembro de 2014: Lei de Alimentação Escolar no Marco da Soberania Alimentar e a Economia Plural. Estado Plurinacional da Bolívia.
- Brasil. (2018). Lei nº 13.666, de 16 de maio de 2018: Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir o tema transversal da educação alimentar e nutricional no currículo escolar. *Diário Oficial da União*, seção 1.
- Brasil. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. (2022). Nota técnica nº 2810740/2022/COSAN/CGPAE/DIRAE: Educação alimentar e nutricional no PNAE: Atores sociais e possibilidades de atuação. FNDE.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (2018). Princípios e práticas para educação alimentar e nutricional. SESAN.
- Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. (2012). Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. MDS.
- Castro, M. A. V., Lima, G. C., & Araujo, G. P. B. (2021). Educação alimentar e nutricional no combate à obesidade infantil: Visões do Brasil e do mundo. *Rasbran: Revista da Associação Brasileira de Nutrição*, 12(2), 167–183.
- Comisión Intersectorial de Seguridad Alimentaria y Nutricional. (2017, outubro). Lineamiento nacional de educación alimentaria y nutricional. [S.l.: s.n.].
- FAO. (2021). State of school-based food and nutrition education in 30 low- and middle-income countries: Survey report. FAO.
- FAO & CECC SICA. (2023). Metodología de la educación alimentaria y nutricional orientada a la promoción de estilos de vida y alimentación saludable: Prevención del sobrepeso y la obesidad en el ámbito escolar de los países de la región del Sistema de la Integración Centroamericana. FAO.
- FAO, ABC/MRE & FNDE/MEC. (2025). Avances en alimentación escolar en 16 países de América Latina. FAO.
- Fondo de las Naciones Unidas para la Infancia (UNICEF). (2023, agosto). Crece la ola de sobrepeso en la niñez: ¿Demasiado tarde para revertir la marea en América Latina y el Caribe? UNICEF.

- Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). (2020, dezembro). Para cada criança, nutrição: Estratégia de nutrição 2020–2030 do UNICEF. UNICEF.
- Juzwiak, C. R., Castro, P. M., & Batista, S. H. S. S. (2013). A experiência da Oficina Permanente de Educação Alimentar e em Saúde (OPEAS): Formação de profissionais para a promoção da alimentação saudável nas escolas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4), 1009–1018.
- Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). (2022). Análisis de capacidades de educación alimentaria y nutricional en las escuelas: Proceso multinivel y participativo del Ecuador. FAO.
- Organización Panamericana de la Salud. (2025). Iniciativas en alimentación, nutrición y actividad física en las escuelas de las Américas. OPS.
- Paraguai. (2019). Lei N.º 6.277, que amplía los artículos 2º y 10 de la Ley N.º 5210/2014 “De Alimentación Escolar y Control Sanitario”. Congreso da Nação Paraguaia.
- Paraguai. Congreso da Nação Paraguaia. (2014). Lei N.º 5.210, de 20 de junho de 2014: De Alimentação Escolar e Controle Sanitário. Congresso da Nação Paraguaia.
- Pereira, A. S. et al. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [free ebook]. Santa Maria. Editora da UFSM.
- Peru. Congreso de la República. (2013). Lei N.º 30.021: Ley de promoción de la alimentación saludable para niños, niñas y adolescentes. Congreso de la República del Perú.
- Russo, G. C., et al. (2025). Educação alimentar e nutricional: Temperando o currículo da educação infantil ao ensino fundamental [Livro eletrônico] (1ª ed.). FNDE; UNICEF.
- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D., & Guindani, J. F. (2009, julho). Pesquisa documental: Pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História e Ciências Sociais*, 1(1), 1–14.
- Santos, L. A. S. (2005, setembro/outubro). Educação alimentar e nutricional no contexto da promoção de práticas alimentares saudáveis. *Revista de Nutrição*, 18(5), 681–692.
- Shitsuka, R. et al. (2014). Matemática fundamental para a tecnologia. (2ed). Editora Érica.
- UNESCO, UNICEF & WFP. (2023). Ready to learn and thrive: School health and nutrition around the world. UNESCO.
- United Nations Children’s Fund (UNICEF). (2025, setembro). Feeding profit: How food environments are failing children (Child Nutrition Report 2025). UNICEF.
- Uruguai. (2013). Lei N.º 19.140, de 11 de outubro de 2013: Dispõe sobre a alimentação saudável nos centros de ensino e normas para sua promoção. Diário Oficial N.º 28830.
- WFP. (2020). Estado da alimentação escolar no mundo 2020. Programa Mundial de Alimentos (PMA).